

# DOCUMENTÁRIO

## Discurso proferido pelo General de Divisão Juarez do Nascimento Fernandes Távora na Solenidade de Encerramento do Curso Superior de Guerra e do Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas

### 1. INTRODUÇÃO

**P**ELA primeira vez em minha já longa vida profissional, recebi, em fins do ano passado, de meus superiores hierárquicos, a missão de dirigir um instituto de ensino.

Essa missão, que constitui, em si mesma, uma tarefa delicada, aumenta de vulto e de responsabilidade, em se tratando da Escola Superior de Guerra — o mais alto instituto de estudos referentes ao problema da Segurança Nacional existente no País e a cujos cursos concorrem, em igualdade de condições, militares de terra, mar e ar, e civis oriundos de todos os segmentos de nossa elite social.

É, também, pela primeira vez que a Escola Superior de Guerra diploma oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para o exercício de funções de Estado-Maior e Comando Combinados.

Sinto-me, por isso mesmo, profundamente emocionado ao vir exercer, nesta solenidade, a atribuição regulamentar de declarar diplomados os Estagiários da 4.<sup>a</sup> Turma do Curso Superior de Guerra e os da 1.<sup>a</sup> Turma do Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas.

A Sua Excelência o Senhor Presidente da República; às demais autoridades civis, eclesiásticas e militares e a todos que aqui abrilhantam com suas presenças o ambiente desta modesta festa de diplomação dos Estagiários de 1953, da Escola Superior de Guerra — quero manifestar, em nome dêles, em nome da Escola e no meu próprio, os mais sinceros agradecimentos pela simpatia com que nos estimular.

Devo e quero reiterar, também, nesta oportunidade, os meus mais sinceros agradecimentos às autoridades públicas, federais, estaduais e municipais, civis e militares; às organizações para-estatais e privadas, e às numerosas pessoas que têm dado à Escola, aqui, em outros pontos do Brasil e, mesmo fora dêle, o mais valioso concurso de sua cooperação e simpatia, para o bom andamento de nosso curso no corrente ano.

Meus prezados Diplomandos:

Nunca presumi com otimismo sôbre a minha capacidade de transigir e conciliar — predicados indispensáveis para a direção de um Instituto de Altos Estudos, qual a Escola Superior de Guerra.

Confio, entretanto, que vos não haja decepcionado demasiadamente.

De qualquer forma, podeis ficar certos de que os sentimentos que inspiraram os meus atos, como Comandante da Escola, neste ano de estudos e trabalhos em comum, foram os da mais pura fraternidade e desejo de acertar.

E agora, neste ato de encerramento de nosso contato escolar — já pressentindo a saudade de vossò convívio, sempre amistoso e compreensivo — formulo cordialmente votos por que não hajam sido estéreis os vossos esforços neste ano de estudos, e, sobretudo, para que, regressando às vossas atividades profissionais, aí encontreis compreensão para o adequado aproveitamento das idéias que, aqui, pudestes consolidar sôbre o atual conceito de Segurança Nacional e problemas dêle decorrentes.

### 2. O QUE VISA O CURSO SUPERIOR DE GUERRA

Dissemos, ao abrir o nosso Curso, em março do corrente ano, que o fim último visado pela Escola Superior de Guerra é processar, por sedimentações sucessivas, uma Doutrina de Segurança Nacional, capaz de garantir, através da transitoriedade normal dos governos democráticos, a continuidade indispensável de pensamento e de ação, nesse setor fundamental de nossas responsabilidades públicas.

Foi dito, também, ao abrir-se o 2.<sup>o</sup> ciclo de nosso currículo anual, que o Curso Superior de Guerra objetiva preparar civis e militares de nossa elite, para a formulação e aplicação objetivas de uma Política de Segurança Nacional, que se impõe para a salvaguarda perene dos ideais, aspirações e interesses do povo brasileiro.



A Escola Superior de Guerra não tem por missão inculcar uma nova cultura aos civis e militares que a freqüentam, mas, simplesmente, complementar e adequar a cultura de que já são portadores os seus Estagiários, visando, mediante um processo peculiar de nivelamento cultural, habilitá-los a trabalharem em equipes, discutindo e concluindo, objetivamente, sobre os problemas relacionados com a Segurança Nacional.

Esse esforço de complementação e nivelamento cultural tem de exercer-se em sentido tão amplo, para alcançar os fins objetivados, que cobre, praticamente, todos os aspectos de nossa vida nacional e de relações — os políticos (internos e externos), os econômicos, os psico-sociais e os militares.

Com efeito:

Considera-se hoje a segurança nacional como sendo “o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, um Estado proporciona ao Grupo humano que o integra, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais”.

O instrumento dessa garantia é o Poder Nacional, ou seja — “a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, a despeito de quaisquer antagonismos internos ou externos, a consecução e preservação dos objetivos nacionais”.

Vimos, ainda, que a Política de Segurança Nacional é praticamente sinônimo de Estratégia Geral, e que seu campo de ação — pelo menos em épocas de desentendimento e incerteza internacionais, qual a que atravessa o mundo de nossos dias — compreende e cobre quase todo o campo da própria Política Nacional.

Didaticamente, nossos estudos têm sido orientados no sentido de habilitar os Estagiários do Curso Superior de Guerra à formulação de um Conceito Estratégico Nacional, isto é, à determinação dos Objetivos Nacionais cujo alcance e salvaguarda podemos e devemos assegurar imediatamente, e à definição das linhas políticas mais adequadas para alcançar e manter tais objetivos; e, em seguida, à dedução das Diretrizes para o planejamento da Segurança Nacional, e à prática de tal planejamento.

Relativamente ao Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, os estudos foram orientados no sentido de habilitar os oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para o exercício das funções de Comando, de Chefia e de Estado-Maior de organizações e de forças combinadas e bem assim cooperar na experimentação e desenvolvimento de uma doutrina brasileira de comando e estado-maior combinados.

### 3. OBSERVAÇÕES À MARGEM DA CONJUNTURA NACIONAL

Ao fazermos, durante este ano, a análise de nossa conjuntura, em busca de uma visão panorâmica da realidade nacional e de suas perspectivas próximas, sentimos as alternativas comuns àqueles que galgam uma encosta de montanha, ora cruzando proeminências, com vistas amplas sobre a rota percorrida e a percorrer, ora a afundar-se em socavões sombrios e sem horizonte, de onde nada se aprecia do esforço realizado, nem se pode ter idéia certa de como prosseguir, rumo ao alto, na escalada.

E, ao atingir a nossa meta, pudemos, como aquele viajante que acaba de galgar os últimos degraus do seu caminho de encosta, abarcar uma perspectiva de conjunto, capaz de dar-nos idéia do esforço útil de ascensão que está realizando a nação brasileira.

Essa impressão global do nosso esforço eficiente, como povo e, sobretudo, como elite, neste quase século e meio de existência independente, se nos deixa, por um lado, a impressão dominante de que está ainda aquém das possibilidades com que nos brindou a natureza, conforta-nos, por outro lado, pelo sentido de dinamismo, de ação determinada com que a nossa geração está lutando, sabe Deus como, para garantir ao Brasil uma base de progresso econômico-social, que o não desmereça no conceito da civilização contemporânea.

Seria fastidioso tentar resumir, aqui, todas as observações cabíveis à margem da análise que fizemos de nossa conjuntura. Mas vale a pena focalizar alguns de seus aspectos mais relevantes, nos diversos campos da atividade nacional.

Começemos pelo campo político. Dois problemas fundamentais mereceram, aí, a nossa atenção,

- o da organização nacional, no setor interno, e
- o da segurança nacional, no âmbito internacional.

a) O problema da organização nacional foi analisado apenas sob três de seus aspectos fundamentais,

- o da racionalização circunscricional das entidades federadas, aí compreendidas as questões referentes à centralização da capital federal e à disciplinação da secessão municipal,
- o da racionalização de competência funcional, privativa ou comum, da União, dos Estados e dos Municípios, e
- o da racionalização estrutural e funcional da administração pública, aplicável às três órbitas administrativas — nacional, regional e local.

No que respeita ao primeiro aspecto (e deixando de lado a questão muito complexa do reajustamento territorial dos Estados, apenas posta em suas equações técnicas e políticas, para possível solução racional no futuro) duas medidas nos parecem aconselháveis com maior urgência: a mudança da capital federal para o Planalto Central e a aceitação de um diploma legal ou conven-



cional, que discipline, razoavelmente, o processo de criação de novos Municípios.

A primeira dessas medidas, constante de preceito constitucional e ora em fase de estudos, além de justificar-se por ponderosos motivos de natureza política, ligados à coesão e à segurança nacionais, é aconselhável ainda, pela dupla conveniência:

— de pôr o governo federal em contato mais direto com as realidades do Brasil interior, muito mais necessitado que o Brasil litorâneo de seu esforço orientador e estimulador, e

— de libertar a ação nacional dêsse governo da pressão constante e poderosa de problemas que são, muito mais locais que gerais.

A segunda medida parece aconselhável, de um lado, para a coibição direta de duas tendências igualmente deploráveis — o jôgo das ambições políticas locais, visando a constituir feudos pessoais, em detrimento do bem coletivo, e a corrida ambiciosa à partilha de cotas-partes dos 10% do impôsto de renda atribuídos aos Municípios do interior; e, de outro lado, indiretamente, para dar sentido à atual campanha de fortalecimento municipal (a nosso ver uma das melhores esperanças de rápido e harmônico soerguimento econômico-social da nação brasileira) e contra a qual conspira clamorosamente essa pulverização política, e, sobretudo, econômica dos Municípios.

No que concerne ao aspecto da racionalização funcional das entidades federativas, duas medidas parecem merecedoras de consideração mais imediata,

— uma transferência, através de convênios bi ou trilaterais, de atribuições executivas da União e dos Estados para os Municípios (sobretudo no tocante à educação primária, fomento da produção e defesa das culturas e rebanhos, conservação e cultivo racional dos solos, proteção da fauna e das florestas etc.), mediante assistência técnica e controle de aplicação de recursos, por parte das entidades delegadoras (União e Estados), e

— uma melhor entrosagem das atividades administrativas comuns às três esferas do poder público — União, Estados, Municípios — de forma a permitir que os seus esforços se prolonguem e somem, ao invés de se omitirem e, às vezes, até se contraporem.

Finalmente, no que se refere à racionalização administrativa — já objeto de proposição do Executivo, ora em andamento no Congresso Nacional — três linhas gerais, pelos menos, parecem condicionar sua realização eficiente,

1.º) a criação de órgãos permanentes e especializados de planejamento, coordenação e controle administrativos, na Presidência da República e nos grandes órgãos a ela diretamente subordinados, para que possam os mais elevados agentes da administração delinear, coerentemente, num quadro de conjunto, os objetivos globais de sua ação, repartir equitativamente tarefas e recursos entre os escalões subordinados; orientar o desenvolvimento paralelo dessas tarefas, e, finalmente, controlar a ação de agentes executantes, dentro de um regime de responsabilidade funcional cada vez mais efetiva;

2.º) a redução, ao menor número possível, dos grandes órgãos ligados diretamente a êsses altos escalões do governo, mediante aglutinação racional de funções complementares ou afins, em setores integrados da administração pública (por exemplo, relações internas, relações exteriores, coordenação econômica, política financeira,

bem-estar social, defesa nacional) e limitação razoável das tarefas burocráticas, a cargo dos respectivos titulares, de forma a que possam consagrar a maior parte de seu tempo ao desempenho das funções político-administrativas de planejamento, coordenação e controle, que devem ser apanágio de sua alta hierarquia;

3.º) finalmente, uma reestruturação racional dos quadros do funcionalismo público, delineada, sem quebra dos princípios democráticos e de hierarquia, em função estrita da eficiência do serviço, condicionando sua lotação, remuneração, admissão, acesso e movimentação, às exigências daquela eficiência.

b) O problema da segurança coletiva no campo internacional afigura-se básico para o desenvolvimento pacífico, no mundo de controvérsias e fricções em que vivemos, sobretudo de países potencialmente ricos, mas efetivamente ainda fracos, como o nosso.

Afortunadamente o Brasil subscreveu e homologou os pactos de adesão às Organizações das Nações Unidas e dos Estados Americanos, pelos quais se compromete a cooperar na repressão coletiva de qualquer ato de agressão internacional e, em especial, se êsse ato fôr dirigido contra nação do Continente Americano, e fica, em contrapartida, com o direito de receber auxílio de tôdas as demais Nações signatárias de tais pactos, se fôr êle o agredido.

Sentimos que uma adequada preparação material e espiritual se impõe para bem cumprirmos os compromissos de solidariedade assumidos com as demais nações, em benefício da paz comum, e habilitar-nos moralmente a esperar e reclamar o apoio daquelas nações, em benefício de nossa própria segurança.

No campo econômico-financeiro há, pelo menos, três fatos que merecem cuidadosa atenção:

— o descompasso visível no ritmo de desenvolvimento de vários fatores integrantes da economia nacional — produção primária, produção industrial, disponibilidade de energia e eficiência dos sistemas de transportes;

— a agravação dêsse descompasso, de um lado, pela espiral inflacionária iniciada com a última Grande Guerra e ainda não contida, até hoje, em sua progressão, e, de outro lado, pelo desequilíbrio ameaçador entre o crescimento de nossas necessidades de importação e de nossa capacidade de ampliar, paralelamente, o valor de nossas exportações;

— finalmente, o quadro a meu ver mais sombrio de todo êsse complexo panorama — o espírito de saque e de aventura com que, sem programa nem limitações de responsabilidade, temos devastado e continuamos devastando o nosso patrimônio natural — nomeadamente, o solo, a fauna e a floresta.

Delineemos, em ligeiras pinceladas, a situação:

a) O desequilíbrio verificado no desenvolvimento de fatores integrantes de nosso potencial econômico, quais os citados, é tributo que estamos pagando à falta de planificação, e, sobretudo, de coordenação efetiva das atividades públicas e, até onde possível democraticamente, das atividades privadas, que cooperam no campo da economia.

Sòmente a partir de 1947, tentamos um primeiro ensaio concreto nesse sentido, com o Plano



SALTE, abrangendo os setores Saúde, Alimentação, Transportes e Energia.

Ultimamente, através de planejamentos estudados por Comissão Mista Brasileiro-Norte-Americana, voltamos ao assunto, dando ênfase especial aos fatores Energia e Transportes.

A solução equilibrada do problema só pode ser deduzida, entretanto, de um sistema de equações simultâneas, dadas as interrelações e dependências recíprocas que condicionam a compatibilidade de seus fatores integrantes.

Frisemos, ainda, que há dois aspectos parciais de gravidade crescente nesse desequilíbrio de conjunto, não obstante os decididos esforços de nosso Governo, para debelá-los,

— a ameaça próxima da conjunção de uma crise de combustíveis líquidos com a atual crise de energia elétrica — se não conseguirmos aumentar substancialmente a produção nacional de petróleo, ou a disponibilidade de divisas para adquiri-lo no estrangeiro, e

— a falta de coordenação do desenvolvimento conjunto e, sobretudo, da exploração de nossos sistemas de transportes — terrestres, aquáticos e aéreos, de forma a melhor servir zonas de produção e de consumo interdependentes e a evitar concorrências antieconômicas e desastrosas.

b) A agravação do descompasso ora verificado no desenvolvimento de vários fatores integrantes de nossa economia pelos impactos simultâneos da inflação e do desequilíbrio em nossa balança comercial, resulta de fatos complexos, cuja caracterização e contenção dificilmente poderiam ser aqui delineados.

Parece, entretanto, evidente, sem maior exame do caso, que se não adotarmos uma enérgica política de discriminação dos financiamentos controláveis pelo poder público, dentro de um critério razoável de importância e urgência dos empreendimentos a expandir, e se não enveredarmos, paralelamente, pelo caminho reto de produzir melhor e mais barato — ao invés de atenuar, agravaremos irremediavelmente os efeitos maléficos daqueles dois impactos sobre o nosso atual desequilíbrio econômico.

c) Frisemos, finalmente, que já é tempo de pôr um paradeiro ao ominoso espírito de aventura e de saque com que temos investido contra a nossa natureza, devastando impunemente o solo, a fauna e as florestas, e comprometendo, indiretamente, o seu clima e regime de águas superficiais e subterrâneas.

O problema apresenta amplitude e gravidade de excepcionais. Pelas últimas estatísticas do Serviço Nacional do Pinho, se prosseguirmos no ritmo atual de devastação, liquidaremos, em mais 2 ou 3 decênios, as últimas reservas florestais de toda a área compreendida nas Regiões NE, Leste e Sul do país.

Parece-nos que, se a União e os Estados não transferirem aos Municípios os encargos ligados à recuperação e conservação dos solos e florestas, subvencionando-os generosamente, orientando-os tecnicamente e controlando-lhes, ao mesmo tempo, a execução das tarefas delegadas e a serem

empreendidas, em todos os recantos povoados do país — caminharemos a passos largos para a consumação do maior crime por que poderiam responsabilizar-nos as gerações futuras — o de lhes haver transmitido cicatrizado de desertos, o inestimável patrimônio de terras férteis que nos legaram os nossos antepassados.

No campo psico-social, onde vários problemas mereceram observações, vamos focalizar três deles:

— o da educação pouco objetiva da elite e do povo,  
— o do caráter fracionário e unilateral de nossa legislação social, e

— o da despreparação psicológica do povo brasileiro para sobreviver, democraticamente, no mundo conturbado de nossos dias.

a) O aspecto mais discutível do sistema educacional brasileiro é a sua pouca objetividade.

Num país com índice de analfabetismo ainda superior de 50% e onde apenas 6 em cada 10.000 habitantes conseguem ingressar na Universidade, o sistema educacional parece estar paradoxalmente orientado no sentido de conduzir todos os educandos aos bancos universitários.

Com efeito:

A escola primária — instrumento fundamental de educação do povo — não tem, nem mesmo nas zonas rurais, uma finalidade própria, qual a de preparar a população escolar que lhe é confiada para viver mais eficientemente no meio em que nasceu.

Ensinam-se, aí, apenas, os rudimentos de letras e ciências indispensáveis para habilitar os alunos à admissão no Curso Ginásial.

Parece fora de dúvida, entretanto, que essa escola primária seria muito mais útil ao povo brasileiro, muito mais apreciada e freqüentada pelas crianças do interior e, mesmo, das cidades, se, ao lado do esforço de alfabetização que vem desenvolvendo (e, até em substituição dele, para alunos refratários ao aprendizado das letras...), ministrasse a todos os seus freqüentadores alguns conhecimentos de utilidade imediata para a vida.

Isso nos ajudaria a dar, além do mais, um grande passo para a formação, em larga escala, de força de trabalho qualificada.

Analogamente, ao ensino do ciclo ginásial não parece haver-se dado outra finalidade, além daquela de habilitar candidatos, mediante o curso colegial, ao ingresso na Universidade.

É, entretanto, mínima a proporção de alunos que, havendo ingressado no ciclo ginásial, logram alcançar o ciclo universitário, ou mesmo habilitar-se ao colegial.

Que orientação prática para a vida adquire essa massa de matriculados no Ciclo Ginásial, ao concluir tal ciclo, sem possibilidade de prosseguir na Universidade, ou, como é freqüente, ao abandoná-lo antes de concluí-lo?



Não seria mais útil e adequado às condições gerais de nossa vida, se, pelo menos nos estabelecimentos oficiais, fôsse êle orientado dentro de uma finalidade profissional, qual a dos cursos destinados à formação de técnicos de grau médio, facultando-se aos seus diplomados, se o quisessem, o ingresso, posterior, na Universidade?

No próprio ensino Universitário, orientado especificamente para a formação de profissionais liberais — não se ministram excessivas noções teóricas, que poderiam ser suprimidas, ou substituídas por ensinamentos práticos sôbre o exercício efetivo da respectiva profissão, ou o estudo objetivo de problemas nacionais, que os diplomados deverão enfrentar, mais tarde, na vida pública?

Frise-se, ademais, que a nossa educação tem cuidado apenas de dois aspectos da natureza humana — o físico e o intelectual — descurando do terceiro aspecto, não menos importante — o moral — que deve ser aprimorado pela elevação dos sentimentos e pela formação do caráter, aí incluída a disciplinação da vontade.

Afortunadamente, já há um ponderável movimento renovador, dentro do Ministério da Educação, contra essa falta de objetividade, que tem caracterizado o nosso sistema educacional.

b) O caráter fracionário de nossa legislação social resulta do fato de haver sido planejada para o amparo do proletariado urbano, deixando à margem os assalariados rurais.

Esse fato constitui um dos estimulantes da migração que se está processando, em ritmo progressivo, do interior para as capitais.

Já se discute, entretanto, no Congresso Nacional, uma proposta do Executivo para amparar melhor os trabalhadores rurais, através de um amplo diploma de reforma agrária, que, talvez, conduza a uma solução satisfatória do problema.

O caráter unilateral da legislação social brasileira deriva do estabelecimento expresso de direitos, mercedamente assegurados aos trabalhadores, sem se enumerarem, entretanto, em contrapartida, as obrigações sociais correspondentes.

Temos a impressão de que tal omissão está criando em nosso proletariado uma lamentável deformação de mentalidade, tendente a eximi-lo de um mínimo desejável de solidariedade com a empresa em que trabalha e de eficiência no desempenho da tarefa econômica a que nela desempenha.

Uma escala de salários, aí incluído o salário mínimo, fixada em função dessa eficiência e uma participação nos lucros de empresa, proporcional aos salários assim fixados, talvez resolvesse os aspectos fundamentais da questão.

c) No tocante ao problema da preparação psicológica de nosso povo, para sua sobrevivência dentro dos padrões democráticos delineados em nossa Constituição — forçoso é reconhecer que temos dedicado pouca atenção à matéria, com

grave prejuízo para a própria estabilidade da estrutura político-social que adotamos.

E' fato sabido que campeia, em todos os recantos do mundo ainda não escravizados à tirania bolchevista, uma propaganda sub-reptícia e desleal, mas sistemática e tenaz, tendente a intrigar e desunir as nações democráticas do bloco ocidental, a incompatibilizar, em cada uma delas, a massa com a elite, e a entrar, através de engodos dialéticos, o processo de seu desenvolvimento econômico-social, a fim de manter em boas condições o caldo de cultura, de atraso e de miséria, de que necessita para o fermento de cizânia e de ódio, com que anda a envenenar o espírito das massas e da própria elite — especialmente no seu setor ainda em formação — o da juventude das escolas.

A reação contra essa propaganda tem oscilado inexplicavelmente entre o emprêgo esporádico da violência, contra adeptos e simpatizantes do comunismo, e um complacência sem limites, que tem chegado, em alguns casos, à adesão, inconsiderada, por vêzes, de importantes setores de nossa elite aos "slogans" e campanhas, através dos quais ministram os comunistas o veneno de seus ódios e intrigas.

Os frutos dessa condescendência são já notórios, podendo capitular-se entre êles,

— o enfraquecimento de nossa posição como possíveis beneficiários da segurança coletiva dentro do bloco democrático ocidental, e

— o amesquinamento da cooperação que poderiam dar-nos a iniciativa, a técnica e o capital estrangeiros — para acelerarmos o nosso desenvolvimento econômico-social.

Parece, assim, urgente, que firmemos um rumo e atuemos, com decisão, no sentido de preparar a elite e o povo brasileiros para a desobriga de seus compromissos internacionais; de trabalhar com eficiência, dentro da liberdade democrática; e de acolher inteligentemente a colaboração alie-nígena que nos ajude no esforço de forjar, quanto antes, o verdadeiro e melhor escudo contra a infiltração comunista — a elevação razoável, em tempo útil, do padrão de vida do nosso povo.

No campo militar há três aspectos essenciais a considerar,

— a unidade de supervisão administrativa dos três ramos das Forças Armadas,

— o preparo sistemático dos quadros dessas forças para o planejamento e comando de operações combinadas,

— o reaparelhamento material equilibrado das forças de terra, mar e ar.

a) A supervisão de toda a administração militar por um órgão único — o Ministério da Defesa Nacional — tal como já sucede nos Estados Unidos da América e na República Argentina, é necessidade cada vez mais generalizada-mente reconhecida entre nós.

Realmente, numa época em que o planejamento combinado — operacional e logístico — constitui a base do emprêgo das Forças Armadas



impondo direção unificada; em que a limitação dos recursos financeiros disponíveis está a exigir uma dosagem criteriosa das dotações a serem distribuídas a cada ramo das Forças Armadas e um emprêgo cuidadoso dessas dotações, a fim de se evitarem, não só o seu desenvolvimento desproporcionado, como, também, o desperdício de recursos, com repetições desnecessárias de serviços — a criação de um tal órgão de supervisão parece indispensável.

b) O preparo sistemático dos quadros das Forças Armadas para o planejamento e Comando das Operações Combinadas impõe-se, obviamente, pela circunstância mesma de constituírem, hoje, tais operações a base de atuação normal daquelas Forças.

Julgamos que essa preparação é tão importante quanto a de nossa elite civil e militar para a formulação e aplicação de uma política de Segurança Nacional, ministrada em nosso Curso Superior de Guerra.

À boa compreensão de nossos chefes militares devemos o funcionamento, no corrente ano, sob a responsabilidade da Escola Superior de Guerra, do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, cuja 1.<sup>a</sup> Turma de Estagiários vai ser hoje, aqui, diplomada.

c) O reaparelhamento material de nossas Forças Armadas está a impor-se por três imperativos:

— o da modernização de vários equipamentos já considerados obsoletos,

— o da padronização, sempre que possível, de tais equipamentos — sobretudo o armamento, a fim de aumentar sua eficiência e facilitar substituições e remuniamentos, e

— o do equilíbrio da eficiência operativa das três forças para o desempenho harmônico das tarefas que lhes cabem.

A solução oportuna desse problema reclama, entretanto, para não sobrecarregar excessivamente o orçamento de despesa do país, uma vigilância muito severa no sentido de coibir despesas desnecessárias com o pessoal.

#### 4. PALAVRAS FINAIS

Meus senhores,

Numerosos e graves são os problemas cuja solução o exame da conjuntura nacional está a impor, com urgência, à nossa geração — essa mesma geração que iniciou sua vida pública atormentada de dúvidas, ao encerrar-se a 1.<sup>a</sup> Grande Guerra, e que, após assistir o drama apocalíptico de uma 2.<sup>a</sup> hecatombe mundial, caminha para o seu ocaso, enfrentando encruzilhadas ainda mais angustiosas do que as defrontadas, 30 anos antes, na sua mocidade.

E não há como ignorar tais problemas, ou tentar elidir, com subterfúgios, sua gravidade.

Impõe-se, ao contrário, que os ataquemos de frente, corajosamente, sob pena de desacreditar-

nos, como elite, perante o povo por cujos destinos somos responsáveis, e perante o mundo exterior, contra cujas ambições e concorrências, devemos defendê-lo.

Na verdade, não há por que encarar com pessimismo a realização dessa tarefa. Nos vários contatos diretos que estabelecemos com a realidade brasileira, através de Viagens de Estudos, pudemos certificar-nos dos progressos animadores de nossa técnica e de nossa capacidade de iniciativa, quer estatal, quer privada, em empreendimentos que cobrem numerosos setores da atividade moderna, nomeadamente os da produção de energia (carvão, petróleo e eletricidade), o da produção de aço; o da técnica de construções rôdo e ferroviárias; o da experimentação agrônômica; e o das indústrias em geral e, em particular, das mecânicas e de material elétrico.

Mesmo no setor de perspectivas mais sombrias — o da erosão e esgotamento dos solos agrícolas — vimos iniciativas vitoriosas, que merecem uma referência: os reflorestamentos, em larga escala praticados em São Paulo e no Paraná; o cultivo econômico do café em terras esgotadas por culturas anteriores e em terras fracas, modificadas pelo reflorestamento prévio com eucaliptos; a recuperação de cafèzais velhos, de 40 anos; e a cultura do trigo, em plena região de campos, mediante simples calagem do solo.

O que se impõe, diante desses exemplos, é redobrar de esforços a fim de multiplicar indefinidamente, em todos os recantos do Brasil, onde fôr cabível, o ensaio vitorioso desses pioneiros.

A tarefa dessa multiplicação será árdua e, para alcançar os seus fins, é mister ser ordenada. Nem a lograremos realizar sem esforços, nem adiantará muito empreendê-la sem rumos certos, desligados do tempo, sem um plano conjunto de ação, à mercê de simples improvisações pessoais.

Devemos, ao contrário, pôr mãos à obra munidos de instrumentos adequados para realizá-la em tempo útil e dentro das proporções reclamadas. Em outros termos, é preciso que nos organizemos para empreendê-la.

A necessidade de um planejamento coordenado e de uma estrutura administrativa apta para executá-lo se evidencia e avulta diante da complexidade e transcendência que assume o problema da Segurança Nacional num país como o Brasil, amplo e rico de potencialidades, mas ainda despreparado para contrapor-se às ambições e ameaças do mundo conturbado em que vivemos.

Meus caros diplomandos,

Penso que a Escola Superior de Guerra tem feito quanto pode para bem cumprir a delicada tarefa de preparar elementos selecionados de nossa elite civil e militar para o bom equacionamento desse problema, essencial para a nossa própria sobrevivência como nação soberana.

Mais não lhe é possível fazer, dado o âmbito restrito de suas atribuições regulamentares.



Cabe, porém, à sua filha diletta — Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — associação civil onde se têm congregado e continuarão a congregar-se todos os Estagiários que têm passado e hão de passar, pelos anos afora, por seus bancos escolares, o papel eminente de projetar, ampla e decididamente, no seio de nossa elite, as idéias e métodos de trabalho com que vos familiarizastes, neste ano de estudos e tarefas em comum.

Confio, meus prezados diplomandos, que deixando, agora, a Escola, não vos separareis, entretanto, dela — pois que, integrando-vos na ADESG, “ides constituir o seu verdadeiro corpo, sempre em crescimento, e o próprio espírito indestrutível que a anima”.

E espero que, insuflados por êsse espírito, poreis mãos à obra para que vos preparastes nesta Escola, com a mesma decisão, fé e hombridade daqueles, lídimos varões patrícios, de ontem e de hoje, que, afirmando as virtudes morais de nossa gente, realizaram, mais pela razão que pela força,

a Proclamação da Independência Pátria; a obra ciclópica da Integração Nacional; a Abolição da Escravatura; a transformação do Império em República; a fixação definitiva de 16.000 quilômetros de fronteiras terrestres; e a epopéia do Correio Aéreo Militar; e souberam legar-nos, também, ao preço de sangue generoso, o feito legendário das Bandeiras; a façanha duas vêzes heróica dos Guararapes; o quase milagre da preservação da unidade pátria; a arrancada épica dos 18 de Copacabana; e, na última guerra, o roteiro inquebrantável de nossa segurança, traçado e retraçado, no Atlântico Sul, pelos comboios da Esquadra e prolongado gloriosamente, em terra e nos céus da Itália, pelo Exército e pela Aeronáutica do Brasil.

E que o espírito heróico dêsses fastos nos comande definitivamente os rumos perenes de seu sucesso: — o amor devotado à nossa gente e a disposição viril de trabalhar por ela, com os olhos postos na preservação e no engrandecimento do Brasil!

